

A Missão de Jesus e a Missão da Comunidade no Evangelho de Lucas e em Atos dos Apóstolos*

Verner Hoefelmann

Todos os escritos do Novo Testamento foram produzidos num contexto de intensa atividade missionária da Igreja e poderiam ser lidos por esta ótica. Optamos pela obra de Lucas, uma vez, porque nela a IECLB baseou o seu tema para o biênio 87/88; e em segundo lugar, porque nesta obra podemos perseguir a continuidade e a descontinuidade entre a missão de Jesus e a missão da comunidade.

Essa possibilidade de comparação é importante e sugestiva, porque cabe à Igreja pautar sua missão a partir do principal missionário de Deus neste mundo, que é Jesus Cristo. Se a Igreja se desvia da missão assim como Jesus a entendeu, ela perde a sua razão de ser. A Igreja não pode viver em função de si mesma, de suas atividades ou de seu quadro de obreiros. Ela é chamada a viver em função da causa que lhe foi confiada, ou seja, a missão de Deus neste mundo, assim como Jesus a revelou, pregou e viveu.

Por outro lado, a reflexão sobre a nossa tarefa missionária também deve levar em consideração as perguntas, preocupações e desafios de nosso tempo. Uma das marcas da missão é a sua contemporaneidade e a sua contextualidade, ou seja, ela precisa responder às perguntas e aos desafios de seu tempo. O que significa a missão, como ela deve ser desdobrada e concretizada, isso cabe a cada geração descobrir, refletindo sobre o seu contexto a partir da boa nova de Jesus.

Para o nosso estudo, isso significa que na análise dos textos bíblicos procuraremos nos deixar orientar, implicitamente, pelas perguntas que afligem nossas comunidades e nossa sociedade. Ao mesmo tempo, sabemos que também o texto bíblico levanta perguntas a nós, ou, quem

(*) Esse tema foi apresentado no seminário de preparação para o Exame Pró-Ministério da IECLB em 1987. Embora tenha sido adaptado para esta publicação, ele conserva as características de uma exposição oral.

sabe, nos ajuda a enfocá-las de um modo diferente. De qualquer forma, não se pode refletir sobre missão sem ouvir a realidade em que se vive, e sem auscultar o texto bíblico, onde fundamentamos nossa fé, nossa esperança e nossa tarefa.

1. O alcance universal da missão

A primeira grande linha que se destaca na obra de Lucas é o alcance universal da missão de Jesus e da comunidade. Se o próprio Jesus proclamou uma salvação sem fronteiras, é questão muito controvertida. Há pelo menos quatro tentativas diferentes de responder a essa pergunta.

A primeira afirma que a missão aos gentios não estava dentro dos propósitos de Jesus. Sua mensagem estava destinada exclusivamente ao povo judeu. Sua compreensão do amor ilimitado a Deus e ao próximo poderia conduzir ao universalismo, como efetivamente o foi logo nas primeiras comunidades. Mas isso aconteceu sem base em alguma palavra explícita de Jesus.

A segunda tentativa diz que desde o início de seu ministério Jesus acolheu os gentios. Atuando entre a população mista da Galiléia, frequentemente Jesus deve ter entrado em contato com eles. Mostram-nos também os diferentes relatos dos evangelhos em que Jesus pisa território gentílico, acolhendo e ajudando não-judeus. Conseqüentemente, Jesus deve ser contado como o primeiro missionário entre os gentios.

A terceira resposta diz que Jesus limitou sua missão ao povo de Israel. Entretanto, suas palavras críticas a Israel são indícios da sua simpatia pelos gentios. Por isso, Jesus deve ter previsto uma futura inclusão dos pagãos na comunidade salvífica. Isso aconteceu após a ressurreição, quando ele deu aos discípulos a ordem da missão universal.

A última alternativa afirma que Jesus limitou a sua atividade e a atividade dos discípulos ao povo de Israel, mas contou com a conversão dos gentios através de um ato de Deus no final dos tempos. Com a ressurreição de Jesus, as primeiras comunidades entendem que a hora escatológica já havia começado e que o fim dos tempos já estava em andamento. Conseqüentemente, engajam-se na missão a outros povos⁽¹⁾.

A diversidade de propostas mostra que a questão é difícil de ser respondida. Todas elas podem ser fundamentadas em textos bíblicos. Em

(1) HAHN, F. **Das Verständinis der Mission im Neuen Testament**. Neukirchen-Vluyn, Neukirchner Verlag, 1963, p. 19ss. Sobre o assunto veja também o estudo de JEREMIAS, J. **La promessa de Jesus para los paganos**. Madrid, Ediciones Fax, 1974.

Mateus, por exemplo, existem passagens que limitam a ação de Jesus e dos discípulos ao povo de Israel. Na região de Tiro e Sidão, em outra parte indicada como representante do mundo pagão (Mt 11.21), Jesus é interpelado por uma mulher cananéia, que pede ajuda para a sua filha endemoninhada. Mas Jesus nega a ajuda, respondendo que não foi enviado **senão** às ovelhas perdidas da casa de Israel (Mt. 15.21-28). Aqui não se fala da **primazia** do povo de Israel, como no texto paralelo de Mc 7.27, e sim, na sua **exclusividade**. No final da história, a mulher é atendida não porque Jesus tivesse mudado de opinião a respeito de sua missão, e sim, por causa da fé extraordinária demonstrada por aquela gentia. Algo semelhante poderia ser dito sobre a missão confiada aos discípulos (Mt 10.5s). Embora o mesmo evangelho tenha outras passagens que pressupõem o rompimento da nacionalidade judaica (Mt 8.5-13; 10.18; 22.1-14; 24.14), a ordem da missão universal só se torna inequívoca após a ressurreição de Jesus, quando este comissiona os onze discípulos a fazer discípulos em **todas** as nações (Mt 28.18-20)⁽²⁾.

Também para a última das quatro hipóteses teríamos comprovantes bíblicos. Em Mt 8.11 temos um dito de Jesus que diz: "Muitos virão do Oriente e do Ocidente e tomarão lugares à mesa com Abraão, Isaque e Jacó no reino dos céus". Formuladas a partir de textos do Antigo Testamento (Is 2.1-5; 49.12; 59.19; Ml 1.11), essas palavras representam a peregrinação de todos os povos para o monte Sião, em atenção ao chamado escatológico de Deus. Tem início, então, o grande banquete salvífico, do qual participam os grandes patriarcas e todos os justos do povo de Israel.

Como **Lucas** se posiciona sobre essa questão? Sua postura não deixa margem a dúvidas: Quando as primeiras comunidades fazem o evangelho ultrapassar as fronteiras de Israel, alcançando a Samaria, a Síria, a Ásia Menor, a Grécia e Roma, elas nada mais fazem do que corresponder à prática missionária de Jesus, não apenas do ressuscitado, mas também do próprio Jesus histórico.

Não temos condições de analisar exaustivamente todos os textos onde essa perspectiva está presente. Alguns deles haverão de ser suficientes.

A perspectiva universal da missão de Jesus aparece muito cedo no terceiro evangelho. Quarenta dias após o seu nascimento, Jesus é apre-

(2) A perspectiva diferente desses textos talvez seja um indício da comunidade de Mateus, que iniciou como missão aos judeus e depois estendeu-se aos gentios. Sobre isso, veja a interessante reflexão de Raymond E. Brown sobre Mateus e sua comunidade, in: **As igrejas dos apóstolos**. São Paulo, Ed. Paulinas, 1986, p. 157ss.

sentado ao templo de Jerusalém para ser consagrado a Deus e declarado sua possessão. Na ocasião está presente um homem chamado Simeão, que toma a criança nos braços e entoia um cântico de louvor a Deus. Movido pelo Espírito que o conduzira ao templo, seu cântico traz importante revelação sobre o menino que acaba de ser apresentado:

“Agora, Senhor, podes despedir em paz o teu servo, segundo a tua palavra, porque os meus olhos já viram a tua salvação, a qual preparaste diante de todos os povos: luz para revelação aos gentios e para a glória do teu povo de Israel” (Lc 2.29s).

O menino não será apenas portador da salvação de Deus aos judeus. No próprio templo, que é um dos símbolos mais importantes do judaísmo exclusivista, Simeão profetiza que a salvação está sendo preparada diante de todos os povos, e que Jesus será luz para revelação aos gentios. Nas palavras de Simeão pode-se reconhecer as palavras do Servo do Senhor em Is 49.6: “Pouco é o seres meu servo, para restaurares as tribos de Jacó, e tornares a trazer os remanescentes de Israel; também te dei como luz para os gentios, para seres a minha salvação até a extremidade da terra”.

Em poucas palavras, o cântico de Simeão, em analogia ao Servo de Deus do Deutero-Isaías, compara o menino a uma luz que surge em meio ao povo de Israel. Entretanto, essa luz ultrapassa as fronteiras de Israel e ilumina também as nações pagãs. Atraídos por essa luz, todos os povos acorrem para o povo de Deus iluminado, em cujo meio o Messias se encontra.

O que Simeão anuncia na apresentação do menino ao templo é confirmado pela pregação de João Batista. É interessante notar como Lucas retrabalha a sua fonte, o evangelho de Marcos, para colocar na boca de João Batista o significado universal do evento de Jesus. Marcos havia caracterizado a missão de João com as palavras de Mt 3.1 e Is 40.3:

“Eis aí envio diante da tua face o meu mensageiro, o qual preparará o teu caminho; voz do que clama no deserto: Preparai o caminho do Senhor, endireitai as suas veredas” (Mc 1.2s).

Lucas, além de omitir o texto de Malaquias, achou mais adequado prolongar a citação de Isaías, adaptando-a para os seus propósitos, de modo que a pregação de João Batista continua assim:

“Todo vale será aterrado, e nivelados todos os monte e outeiros; os caminhos tortuosos serão retificados, e os escabrosos, aplanados; e toda a carne verá a salvação de Deus” (Lc 3.55).

Em resumo, o texto diz que, pelo ministério de João Batista, Deus prepara a salvação para toda a carne, ou seja, para toda a humanidade. A própria atividade de João é um exemplo disso. Entre os que se dirigem ao deserto para ouvir sua pregação, encontram-se também soldados (Lc 3.14). Trata-se de pagãos, pois aos judeus era proibido o serviço militar. Provavelmente o texto se refere a soldados do exército de Herodes Antipas, ou mesmo a soldados das tropas imperiais estacionadas nas proximidades. O exemplo mostra, portanto, que já a atuação de João Batista vai além das fronteiras da nacionalidade judaica.

Isso não deve causar surpresa, pois, como João acabara de anunciar, toda carne deve ser preparada para ver a salvação de Deus. Assim como foi profetizado a respeito de Jesus, também a atuação de João rompe qualquer exclusivismo nacional ou de raça. Como ele afirma em Lc 3.8s, critério para participar da salvação não é mais a consangüinidade com Abraão, a simples pertença ao povo de Israel, e sim, o arrependimento, a mudança de vida. Com esse critério, todas as pessoas, também os gentios, têm acesso à comunidade salvífica.

O que Simeão e João anunciam, fica confirmado logo no início do ministério público de Jesus (Lc 4.16-30). Na sua prédica inaugural em Nazaré, após ter lido o texto de Is 61.1s, Jesus anuncia que em sua pessoa se cumpre o ano aceitável do Senhor. Diante da reação negativa das pessoas presentes na sinagoga, Jesus passa a dizer-lhes que nenhum profeta é bem recebido na sua própria terra. No final da perícopé, os ouvintes se enchem de ira, expulsam-no da cidade, e querem precipitá-lo despenhadeiro abaixo. A queda introduziria um apedrejamento, sinal de que seria condenado por blasfêmia contra Deus. Qual a causa de tamanha revolta? Ora, além de resgatar o papel privilegiado dos pobres em sua proposta messiânica, o que lhe vale o primeiro desencanto dos ouvintes (V. 22), Jesus diz que a rejeição de parte dos compatriotas não vai ficar sem conseqüências. Pelo contrário, ele vai responder à rejeição voltando-se para os gentios. É o que querem dizer os dois exemplos nos versículos 25-27. O primeiro exemplo, que Jesus resgata da própria história de Israel, foi extraído de 1 Rs 17. Durante uma terrível seca que abalou toda a terra e provocou muita fome em toda parte, o profeta Elias não foi enviado senão a uma viúva estrangeira em Sarepta (Sidom), preservando-a milagrosamente contra a carestia e ressuscitando seu filho da morte. O segundo exemplo foi extraído de 2 Rs 5: Em meio a tantos leprosos existentes em Israel nos dias do profeta Eliseu, nenhum foi purificado, a não ser um estrangeiro, Naamã, o sírio.

Os dois exemplos servem, pois, de analogia, para mostrar que Jesus não vai permanecer indiferente frente à hostilidade de seus compatriotas. Sua prédica em Nazaré mostra que o caminho do evangelho seguirá o seu curso, independente das barreiras que lhe forem postas, assim como o rio que, represado, procura outro leito para fazer escoar suas águas.

Lucas tematiza a questão da rejeição de Jesus e da oferta do evangelho aos gentios em pelo menos dois outros textos: Na parábola da grande ceia (14.15-24), e na parábola dos lavradores maus (20.9-18)⁽³⁾. Também a atividade missionária de Paulo, descrita em Atos, obedece à mesma dinâmica. Em Antioquia da Pisídia, por exemplo, Paulo inicia sua atuação missionária na sinagoga local, conseguindo a adesão de muitos judeus e prosélitos. Entretanto, quando a pregação assume efeitos maiores, os judeus se deixam tomar de inveja e procuram dificultar o trabalho de Paulo. Então Paulo e Barnabé afirmam:

“Cumpria que a vós outros em primeiro lugar fosse pregada a palavra de Deus; mas, posto que a rejeitais e a vós mesmos vos julgais indignos da vida eterna, eis aí que nos volvemos para os gentios”(At 13. 46).

Logo a seguir Paulo ampara sua posição no já mencionado texto de Is 49.6, agora não mais relacionado a Jesus, e sim, a ele mesmo. A mesma dinâmica se repete em Corinto (At 18.5s) e em outras localidades. Vamos, portanto, que o procedimento de Jesus é entendido como parâmetro para orientar a missão dos cristãos em território gentílico.

Voltando ao evangelho, Lucas nos conta que Jesus não apenas anunciou o acolhimento dos gentios, como também os acolheu efetivamente. O primeiro exemplo é relatado em Lc 7. 1-10. Um centurião romano, radicado na cidade fronteira de Cafarnaum, envia mensageiros a Jesus, na esperança de que este possa salvar da morte a um servo, a quem muito amava. Provavelmente o centurião era um temente a Deus, ou seja, alguém que aceitava o monoteísmo judaico e a doutrina moral dele derivada, embora ainda não tivesse efetuado a passagem plena para o judaísmo. Não tinha coragem de dirigir-se pessoalmente a Jesus, porque se sentia indigno e impuro como meio-judeu e meio-pagão. Jesus se dispõe a ir à casa do centurião. Esse simples gesto já mostra que Jesus não reconhece como legítimas as barreiras de pureza e impureza que sepa-

(3) Voltaremos a esses textos mais adiante, sob uma outra perspectiva.

ram judeus e gentios. Ao ser informado sobre a profunda humildade e confiança do centurião, Jesus diz aos que o acompanham: "Afirmo-vos que nem mesmo em Israel achei fé como esta" (7.9).

Por sua longa história como povo de Deus, como povo da aliança e da promessa, Israel deveria estar preparado para o Messias. No entanto, Jesus não encontrou tamanha fé entre aqueles que estudam as leis e as praticam zelosamente. Ele encontra fé junto a um pagão que, diante da necessidade e da impotência, com toda confiança busca recurso junto a Jesus. Já havíamos dito antes que o acesso à salvação se abre pelo arrependimento. Agora podemos dizer que o acesso à salvação se abre pela confiança no poder irrestrito de Jesus. Jesus olha para a fé do centurião. Ela passa a tornar-se o novo instrumento de acesso a Jesus e à sua prática salvífica.

O tema da salvação, que ultrapassa as fronteiras de Israel, é especialmente freqüente no chamado "relato de viagem", que abrange Lc 9.51-19.27. O relato inicia com a resoluta decisão de Jesus de ir para Jerusalém (Lc 9.51). Mensageiros são enviados adiante para preparar o caminho, e o primeiro lugar de pousado é uma aldeia samaritana. Sabemos que desde a invasão assíria a região de Samaria é considerada pelos judeus ortodoxos de Jerusalém como uma região pagã (Ed. 4.25). O conflito entre judeus e samaritanos fica bem expresso no próprio texto. Ali se afirma que os hóspedes não são bem recebidos na aldeia, pois o seu aspecto era de quem ia para Jerusalém (Lc 9.53).

Apesar dessa hostilidade inicial, Jesus não se nega, em princípio, a hospedar-se numa aldeia de pagãos. E diante da insistência de dois discípulos, ofendidos com a desfeita dos samaritanos, Jesus se nega a repetir a experiência de Elias, que clamou pelo fogo dos céus sobre os que o desprezavam (Lc 9.54-56, cf. 2 Rs 1. 10-14).

Significativo é que logo a seguir o evangelista passa a retratar a missão de um grupo de setenta pessoas em território samaritano (Lc 10.1-24). Assim como o número doze é simbólico, e aplicado aos doze discípulos significa que Jesus está reunindo o novo povo de Israel, assim também o número setenta possui um significado simbólico. Segundo a tabela dos povos do texto hebraico de Gn 10, a humanidade se deriva de setenta povos, todos eles descendentes de Noé, o sobrevivente do dilúvio. Interessante é que uma tradução grega do Antigo Testamento, a Septuaginta, relaciona setenta e dois povos. Correspondentemente, alguns manuscritos do texto de Lucas aumentam o número de missionários para setenta e dois. Isso mostra como o número foi simbolicamente relacionado com a tabela dos povos de Gn 10. Ou seja, a missão dos setenta simboliza

que a causa do reino de Deus deve ser levada a todos os povos, a toda a humanidade. As recomendações endereçadas aos setenta são muito semelhantes às recomendações que Jesus endereçara pouco antes ao grupo dos doze, como também é semelhante o conteúdo da pregação e da prática missionária (Lc 9.1-6). Judeus e samaritanos são confrontados da mesma forma com o anúncio da iminência do reino de Deus.

Mas Lucas vai ainda mais longe nessa comparação entre judeus e samaritanos. Ele diz que os primeiros têm muito a aprender dos últimos. É o que diz a conhecida parábola do bom samaritano (Lc 10.25-37). Um intérprete da lei quer colocar Jesus à prova e pergunta o que deve fazer para herdar a vida eterna. Contra perguntado por Jesus, ele interpreta a lei de modo brilhante, resumindo-a ao amor a Deus e ao próximo. É surpreendente que Jesus e o escriba estão de acordo quanto à ortodoxia, pois é exatamente assim que também Jesus resumira a lei. Entretanto, Jesus quer mostrar que mera ortodoxia não é suficiente para conduzir à vida eterna. Verdadeiro entendimento e prática da fé não pode vir de representantes da ortodoxia do templo, que, na desculpa de terem servido a Deus, passam de largo pelas necessidades humanas, seja de compatriotas e correligionários, ou de adversários da pátria e da fé. Isso não significa que o texto esteja defendendo a salvação pelas obras, o que estaria contradizendo o todo da pregação de Jesus. O texto está levantando a pergunta pela eficácia da fé, pela ortopraxis, um pouco ao estilo de Tiago (2.14-26). Duas vezes o texto da parábola apela para a ação (v. 28 e 37), e mais duas vezes refere-se a **fazer** alguma coisa (v. 25 e 37). Não deixa de ser significativo que a prática de um pagão sirva para questionar o entendimento e a prática daqueles que se consideram os legítimos representantes de Deus neste mundo. Apesar de ser marginalizado, o pagão tem um coração para o miserável que encontra no caminho. Por sua disposição de ajudar o próximo sofredor e necessitado, este pagão está no caminho do reino de Deus anunciado por Jesus.

Ainda numa segunda ocasião o evangelho destaca o procedimento exemplar de um samaritano. De dez leprosos purificados por Jesus, apenas um voltou para agradecer-lhe e dar glória a Deus — e este era um samaritano (Lc 17.11-19). No final da história Jesus lhe diz que não está apenas curado — está salvo por causa de sua fé. Dos dez, apenas o pagão conhece em Jesus a manifestação do amor e da misericórdia de Deus, que quer renovar integralmente a pessoa humana, curando o corpo e perdoadando os pecados.

Como vemos, são muitas as perícopes do evangelho de Lucas que tematizam o relacionamento de Jesus com os estrangeiros. Através delas

o evangelista quer mostrar, de uma lado, que a missão universal dos cristãos está fundamentada na prática do próprio Jesus. De outro lado, Lucas também pretende destacar que o Espírito de Deus não se deixa limitar pelos que monopolizam a religião e a teologia em Israel. Importa que a causa de Deus seja promovida neste mundo. Se não encontra espaço entre os judeus, o Espírito soprará em outro lugar.

Por tudo isso, não surpreende a maneira como o terceiro evangelho termina (Lc 24.44-49). Após comer na presença dos onze discípulos, o ressuscitado relê o seu ministério a partir das Escrituras. Esse ministério é resumido em três partes: O evento da cruz, o evento da ressurreição, e a necessidade de pregar arrependimento para perdão dos pecados a todas as nações. Entretanto, antes que o evangelho corra o seu curso por todas as nações, os discípulos devem permanecer na cidade de Jerusalém para aguardar a promessa do Pai, ou seja, para serem revestidos do poder do Espírito Santo.

Concluindo dessa forma, o final do evangelho antecipa os grandes temas do livro de Atos, no qual queremos entrar agora, seguindo a perspectiva que vínhamos traçando.

O início de Atos retoma o final do evangelho. Ainda obcecados pela idéia da salvação nacionalista, que haviam projetado sobre Jesus durante o seu ministério terreno (Lc 24.21), os discípulos perguntam ao ressuscitado se vai começar agora a restauração do reino nacional de Israel (At 1.6). Jesus responde:

“Não vos compete conhecer tempos ou épocas que o Pai reservou para a sua exclusiva autoridade; mas recebereis poder, ao descer sobre vós o Espírito Santo, e sereis minhas testemunhas tanto em Jerusalém, como em toda a Judéia e Samaria, e até os confins da terra” (At 1.7s).

Esse versículo oitavo fornece o programa do livro de Atos. O livro descreve a expansão do evangelho a partir da promessa e da tarefa aqui esboçadas. Senão vejamos:

- 1.1 — 7.60 : Jerusalém
- 8.1 — 11.18: Samaria e costa mediterrânea
- 11.19 — 13.3 : Antioquia (Síria)
- 13.4 — 16.5 : Ásia Menor
- 16.6 — 18.17: Grécia (Europa)
- 19.21 — 28.31: Roma

É compreensível que a missão dos apóstolos comece em Jerusalém, pois é aqui que a missão de Jesus terminara. A importância de Jerusalém é descrita nos sete primeiros capítulos. Depois, ela passa para um plano secundário. No capítulo quinze descreve-se ali a realização do Concílio dos Apóstolos, que liberta oficialmente o evangelho das amarras da lei judaica. No final do livro de Atos Paulo retorna à cidade, mas só encontra ali tumulto e agressividade dos judeus. Acusado de incitar o povo contra a lei, o templo e o Império (At 21.28;25.8), é preso e transportado para Roma, onde deverá ser julgado perante o imperador.

À medida em que Jerusalém perde influência, ganha importância a cidade de Antioquia, na Síria. Ela se torna o centro de programas missionários organizados. Paulo, seu missionário mais conhecido, é apresentado essencialmente como o apóstolo dos gentios (At 13.34). Com ele e outros, o evangelho vai se expandindo por toda parte, até alcançar a capital do Império. Aí termina o relato. Isso não significa que Roma seja equiparada aos confins da terra. Significa apenas que Roma, como centro do mundo habitado, encarregar-se-á de espalhar o evangelho pelo resto do mundo.

Concluindo, a primeira grande linha sobre a missão na obra de Lucas afirma que a salvação não pode ser propriedade de um povo, de uma raça, de uma cultura. Ela está destinada a todos os povos e raças. Por mais óbvia que essa ênfase de Lucas possa parecer, deveríamos perguntar se ela é assim tão óbvia para a IECLB e suas comunidades. Historicamente nossa Igreja esteve preocupada em preservar e promover em território brasileiro os valores e a cultura da etnia germânica. Se ela começa a descentralizar-se do sul do país, isso não se deve ao seu ímpeto missionário, e sim, à necessidade de acompanhar seus membros que não têm mais condições de sobreviver no seu local de origem. Temos justificado nossa timidez missionária alegando o fato de que não queremos fazer proselitismo. Não seria ela, antes, um indício de que não nos sentimos suficientemente comprometidos com a promoção da causa do reino de Deus em meio à realidade de nosso povo?

2. O conteúdo da missão

Lucas responde à pergunta sobre o conteúdo da missão de maneira inequívoca. Basicamente, a missão de João Batista, de Jesus e das comunidades se equivalem⁽⁴⁾. Ela consiste em conclamar as pessoas ao ar-

(4) Isso não impede que na pregação de João Batista seja mais forte a perspectiva do juízo (cf. 3.7,9), enquanto em Jesus predomina a proclamação da graça de Deus.

repentimento diante da oferta e das exigências do reino de Deus que se aproxima na proclamação e na prática de Jesus. Ao caracterizar a missão de João Batista, Lucas diz que ele percorria a circunvizinhança do Jordão, pregando batismo de arrependimento para remissão dos pecados (Lc 3.3.). "Produzi frutos dignos do arrependimento", diz ele aos que acoorem ao deserto para ouvir sua pregação (Lc 3.8). Também a missão de Jesus é caracterizada dessa forma: "Não vim chamar justos, e sim, pecadores ao arrependimento" (Lc 5.32). E a famosa parábola da ovelha perdida termina dizendo que haverá maior júbilo no céu por um pecador que se arrepende, do que por noventa e nove justos que não necessitam de arrependimento (Lc 15.7). E, finalmente, também as prédicas missionárias em Atos concluem com um chamado ao arrependimento (At 2.38s; 3.19; 5.31, etc.). No todo, o assunto retorna em pelo menos 25 vezes na obra de Lucas.

Dissemos que a proclamação do reino de Deus inclui uma oferta e uma exigência. A oferta pode ser resumida em poucas palavras. Segundo Jesus, o reino de Deus se expressa, em essência, como graça libertadora, da qual todos necessitam. Pressuposto dessa afirmação é que Jesus estabelece a solidariedade de todos no pecado, suspendendo a diferença entre justos e pecadores, entre puros e impuros⁽⁵⁾. Essa diferenciação era sutilmente usada pela classe opressora como forma de justificar teológica e ideologicamente a estratificação social. Dizia-se que as desgraças pessoais denunciavam algum pecado oculto, que desta maneira era castigado por Deus. Ou seja, as próprias pessoas seriam culpadas de sua fome, de sua pobreza, de sua doença, de sua opressão, de sua escravidão, com a qual expiavam a sua cota de pecado. É fácil deduzir o que se encontra no reverso da moeda: Deus está decididamente ao lado dos sãos, dos ricos, dos poderosos, dos proprietários de terra, dos que têm oportunidade de gozar a vida. Seu bem-estar é sinal de bênção de Deus. Para eles Deus se manifesta como um pai bondoso, enquanto os outros o experimentam como um juiz que castiga.

Essa concepção transparece na perícopes sobre a morte dos galileus e sobre a queda da torre de Siloé (Lc 13.1-5): Se Pilatos, o representante da opressão romana, assassina a um grupo de peregrinos que estão prestando sacrifício no templo, é porque eles são pecadores. Se a torre de Siloé e uma parte da muralha da cidade de Jerusalém caem, matando 18 pessoas, elas mesmas são culpadas de sua morte.

(5) Maiores detalhes sobre isso em BRAKEMEIER, G. Pobres e pecadores na ótica de Jesus. In: **Estudos Teológicos** 25(1): 12ss, 1985.

A reação de Jesus a esse juízo é clara:

“Pensais que esses galileus eram mais pecadores do que todos os outros galileus, por terem sofrido essas coisas?... Ou cuidais que aqueles dezoito... eram mais culpados que todos os outros...? Não eram...; mas, se não vos arrependerdes, todos igualmente perecereis” (Lc 13.2-5).

Essa resposta não deixa margem a dúvidas: A religião e a teologia não podem ser usadas para justificar qualquer desgraça como castigo de Deus. Todos são pecadores. Conseqüentemente, não apenas o pecado individual, mas também o pecado social é responsável pela desgraça e pela miséria de nosso mundo. Partindo do pressuposto de que todos são pecadores é que Jesus anuncia o reino de Deus como graça a todas as pessoas.

Entretanto, além de ser um dom, o reino de Deus também contém uma exigência. Ela está condensada no chamado ao arrependimento, à conversão. O que essas palavras significam é fácil deduzir a partir do grego: **Metánoia**, **metanoéo** significam mudar de mentalidade, de rumo, de vida. Mas é importante salientar que o evangelho de Lucas não permanece apenas no âmbito dos conceitos abstratos. Através de alguns exemplos, pretendemos mostrar que o arrependimento não se reduz a uma mera contrição interior, a uma mudança operada tão somente no âmbito do sentimento ou do pensamento. O arrependimento implica em mudanças que abrangem a totalidade da vida, incluindo aí a sua materialidade.

Queremos explicitar essa idéia a partir da pregação de João Batista, complementando-a com exemplos da atuação de Jesus. Voltemos a Lc 3.8-14. Ali se percebe que, mesmo que a missão do Batista se concentre no deserto em torno do rio Jordão, ele remete as pessoas de volta para a sociedade. Os três exemplos mencionados nos versículos 11 a 14 apontam para a exigência de mudanças em todos os âmbitos da sociedade.

1. Mudanças no âmbito social: As multidões perguntam o que fazer em decorrência da pregação ouvida, e João responde: “Quem tiver duas túnicas reparta com quem não tem; e quem tiver comida, faça o mesmo” (vv. 10s). João não direciona a mudança para a lei judaica, para o templo, para o rito ou para o culto. Ele direciona a mudança para a pessoa necessitada. As pessoas não devem mudar para alimentar a ordem e a estrutura estabelecida, mas para responder à carência daqueles que estão em necessidade.

Nesse ponto João antecipa muito bem a pregação e a prática de Jesus. Também Jesus vai dizer que a lei e a ordem estabelecida só têm sentido se estiverem a serviço das necessidades humanas, da promoção de vida digna para todos. Caso contrário, elas podem e devem ser abolidas, como ele próprio as aboliu sempre que estavam a serviço da morte e da opressão. É assim que o vemos a transgredir provocativamente as leis do sábado, atraindo a ira dos mantenedores do sistema. Jesus desobedece as leis não por ser anarquista, mas porque elas não cumprem a sua função original de garantir e promover a vida. A fome dos discípulos (Lc 6.1-5), a mão ressequida daquele homem (Lc 6.6-11), aquela mulher encurvada há 18 anos (Lc 13.10-17) são mais importantes do que o cumprimento formal e hipócrita da lei.

O reino de Deus anunciado por Jesus liberta das carências. Por isso Jesus cura os doentes, ensina a orar pelo pão nosso de cada dia e ensina a repartir os pães para a satisfação dos famintos. É claro que o reino de Deus não se reduz à comida, bebida ou vestes (Lc 4.4). Mas sem eles o reino de Deus não pode ser imaginado. Que não só de pão viverá o homem certamente não significa que ele poderá viver sem pão.

2. O arrependimento também implica em **mudança no âmbito econômico**. Alguns publicanos querem saber o que devem fazer em consequência do seu batismo. A resposta de João vem curta e certa: "Não cobreis mais do que o estipulado" (v. 12s). O grupo dos publicanos personifica a ganância e a traição ao próprio povo, com a finalidade de enriquecer os próprios bolsos. Eles são estigmatizados pelos fariseus como pecadores, que fecham a eles as portas da salvação. João, em princípio, os aceita, na condição de que deixem de explorar.

Jesus tomará postura semelhante em relação a eles. Basta lembrar aqui o exemplo de Zaqueu (Lc 19.1-10). No final da ceia com o pequeno maioral dos publicanos, Jesus disse que houve salvação na sua casa, pois que também ele é filho de Abraão (v.10). Entretanto, é bom lembrar que a salvação de Zaqueu passa pelo bolso. Ele não apenas devolve aos defraudados, como também resolve dar aos pobres a metade de seus bens (v. 8).

Normalmente se usa o exemplo de Zaqueu para atenuar o que Jesus acabara de dizer ao jovem rico, que, apesar de toda boa vontade, se negou ao discipulado:

"Quão dificilmente entrarão no reino de Deus os que têm riquezas. Porque é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus" (Lc 18.24s).

Entendemos que o exemplo de Zaqueu não atenua a radicalidade dessas palavras de Jesus. O exemplo mostra apenas que os ricos não estão de antemão desqualificados para a salvação. Também para eles vale o chamado à conversão diante da oferta do reino de Deus. Entretanto, a graça redundará em juízo se dela não forem tiradas as devidas conseqüências. Zaqueu não entrou no reino de Deus como uma pessoa rica, e sim, como uma pessoa que devolveu o que havia roubado e compartilhou o restante dos seus bens com os pobres.

3. Em terceiro lugar, o arrependimento também implica em **mudanças no âmbito político**. Soldados se aproximam de João e querem saber o que devem fazer. Eles são o braço visível da força imperialista no país. Além de garantir o trabalho dos publicanos, são os responsáveis pela estabilidade e pela ordem. Cabe a eles reprimir qualquer levante popular contra a ordem estabelecida. São conhecidos e temidos pelo uso da força, por roubos à mão armada, por extorsão com base em falsas acusações. Em resumo, a presença dos soldados mostra que a potência estrangeira e seus aliados nacionais não conseguem subjugar o povo com a força das idéias — por isso precisam assessorar-se com a força das armas. A eles João diz: “A ninguém maltrateis, não deis denúncia falsa e contentai-vos com o vosso soldo” (Lc 3.14).

Também nesse ponto João antecipou corretamente aquele que estava por vir. Jesus se negou a receber o poder político e a força das armas. Não invocou o auxílio das armas nem permitiu que seus seguidores as usassem em sua tarefa missionária. Ele reivindica um poder total sobre as pessoas, mas não segundo o modelo do poder político vigente. Seu poder está baseado no serviço, na força da convicção e no combate ao mal. Sua concepção do amor como serviço torna-se uma denúncia contra os abusos do poder político. Em Lc 22.25s Jesus responde a uma pergunta pelo poder entre os discípulos da seguinte forma: “Os reis dos povos dominam sobre eles, e os que exercem autoridade são chamados benfeitores. Mas vós não sois assim; pelo contrário, o maior entre vós seja como o menor, e aquele que dirige seja como o que serve”.

Cristo renunciou ao poder das armas a fim de criar um anti-poder profético, capaz de enfrentar o poder político e pedir que ele se converta novamente para a sua finalidade. Para ele, o poder só é legítimo enquanto procura restaurar a justiça e salvar as vítimas da opressão⁽⁶⁾.

Em resumo, o que João e Jesus exigem como manifestação de arrependimento não é o isolamento do mundo, o recolhimento interior, a

(6) Veja as belas reflexões de J. COMBLIN sobre Jesus e o poder, in **O Espírito Santo e sua missão. Breve curso de Teologia** Tomo II. São Paulo, Ed. Paulinas, 1984, p. 283ss.

prática da ascese, a escolha de profissões mais dignas, e sim, uma nova prática, onde predominam relações de partilha, de justiça, de amor, de respeito, de serviço e de solidariedade. A solidariedade no pecado e o chamado ao arrependimento fazem surgir tão somente dois grupos de pessoas: aqueles que querem e aqueles que não querem mudar. Aqueles que se consideram justos rejeitam a graça e desprezam o chamado à conversão. Eles julgam não precisar dela (Lc 18.9ss), e por isso se auto-excluem da salvação. Entre eles devemos buscar os principais responsáveis pela morte de Jesus.

Na **comunidade primitiva**, a maneira mais significativa de como se procurou vivenciar a conversão foi a experiência da comunhão de bens (At 2.42-47; 4,32-35)⁽⁷⁾. Não resta dúvida, o relato de Lucas idealiza um pouco a experiência. A discriminação dos helenistas (At 6.1-7) e a história de Ananias e Safira (At 5.1-11) mostram alguma coisa sobre os problemas internos da comunidade. Apesar disso, Lucas certamente pôde basear-se em tradições históricas para compor o seu relato. Sabemos que mais tarde Paulo foi incumbido de organizar uma coleta entre as comunidades gentílicas em favor dos pobres de Jerusalém (Gl 2.10; Rm 15.24-29; 1 Co 16.1-4; 2 Co 8s). A pobreza da comunidade pode muito bem ter sido provocada pelo fato de ter praticado meramente uma comunhão de consumo, sem qualquer preocupação produtiva. A expectativa da parusia iminente de Jesus poderia ter sido a responsável por essa postura.

Seja como for, a experiência nos serve de desafio. Não nos cabe copiar modelos. Cabe-nos, a partir dos recursos e possibilidades que temos, a tarefa de concretizar aquilo que a primeira comunidade dizia de si mesma, ou seja, que nenhum necessitado havia em seu meio (At 4.34).

No mais, devemos dizer que em Atos se pode notar nitidamente uma mudança de ênfase: O proclamador do reino de Deus passa a ser o proclamado pelas comunidades. Isso não significa que o tema do reino de Deus tivesse desaparecido totalmente do livro de Atos. Ele retorna em oito passagens. Mas isso é uma redução significativa em comparação com as oportunidades em que o tema aparece no terceiro evangelho.

Entretanto, essa constatação não nos deveria levar a concluir que as comunidades individualizaram e reduziram o reino de Deus à pessoa de Jesus. O que ocorre é que a pessoa de Jesus passou a ser o sinal mais expressivo do reino de Deus. Na sua proclamação e na sua prática, na

(7) Um estudo exegético com perspectivas atualizantes sobre esse assunto foi publicado por BRAKEMEIER, G. **O socialismo da primeira cristandade**. São Leopoldo, Ed. Sinodal, 1985.

cruz e na ressurreição, as comunidades enxergaram, da maneira mais concreta possível, a dádiva, a exigência e o projeto do reino de Deus. O evento de Jesus passou a ser um novo nome para o reino de Deus.

Quanto a isso, é significativo que a prédica missionária, em Atos, consista basicamente em testemunhar a obra de Jesus, o seu triunfo sobre os poderes do pecado, do mal e da morte. À proclamação central (Vós matastes a Jesus, Deus, porém, o ressuscitou e o exaltou), normalmente segue o testemunho da Escritura, a indicação das testemunhas, a oferta da salvação e o chamado ao arrependimento (cf., por exemplo, At 2.22-39; 3.13-19; 4.10-12; 5.30-32; 13.28-41). Além disso, curas e milagres acompanham normalmente a pregação, testemunhando a sua veracidade (At 2.43; 3.1-10; 5.15; 9.36-43; 14.8-18; 19.11, etc). Poderes econômicos, que exploram pessoas e a credence popular, são desbaratados, gerando muito tumulto e conflitos (At 16.16-26; 19.23-40).

Encaminho o final desta segunda grande linha sobre a missão em Lucas com um resumo e com uma reflexão complementar. Falávamos sobre o conteúdo da missão. Dizíamos que ela se resume basicamente em conclamar todas as pessoas ao arrependimento e à nova vida face ao reino de Deus anunciado e mediado por Jesus. Por maior importância que uma tal conclamação tenha para o indivíduo e para os seus sentimentos e pensamentos, ela se destina para a pessoa toda e para todas as pessoas. A mudança em decorrência do arrependimento quer penetrar em todos os setores da sociedade, seja na dimensão social, econômica ou política. Trata-se de uma verdadeira revolução na sociedade.

Mas como operar essa transformação? Em primeiro lugar, os cristãos devem saber-se assistidos, fortalecidos e conduzidos pelo Espírito. Esse é um dos temas prediletos do evangelista. Zacarias, Maria, Izabel, João Batista, os discípulos, apóstolos e missionários — todos eles agem no poder do Espírito. No livro de Atos, o papel decisivo no processo de difusão do evangelho é desempenhado pelo Espírito Santo. Ele é o mais destacado missionário. Por isso, todas as iniciativas são resultado de impulsos do próprio Deus, que age através do Espírito (por exemplo At 4.8; 6.3; 8.15; 10.19; 15.8; 16.6, etc.). Não fosse a assistência dele, os agentes humanos da missão teriam hesitado, ou, quem sabe, decidido erroneamente. Toda essa ênfase na ação do Espírito quer ser um encorajamento a todos os cristãos, no sentido de que Deus continuará ajudando a sua igreja em tempos de necessidade⁽⁸⁾.

(8) BROWN, R.E. op. cit., p. 81ss.

Quer dizer, os cristãos não precisam contar apenas com as próprias forças. Podem e devem contar com a força de Deus. Alguns de nós talvez já tenhamos feito a experiência de que, no limite de nossas forças, quando já estávamos desanimados e a ponto de desistir, repentinamente levantamos a cabeça e fomos motivados a continuar, com uma força que não tínhamos. É a força do Espírito. Não acredito que ele nos preserve do erro ou que ele nos dispense da necessidade de organizar e planejar a missão. Ele nos dá força para arriscar e ousar, desde que queiramos promover a causa do evangelho em nosso contexto.

Em segundo lugar, nós dispomos de uma pedagogia extraordinária, que é a pedagogia de Deus, com a qual ele nos trata e quer que nos tratemos uns aos outros. Antes de pedir e exigir, Deus dá. O compromisso é preparado pela graça, pela oferta da bondade e do perdão de Deus. Essa é a contribuição específica dos cristãos no processo de transformação social: transformar pessoas e situações pelo poder convincente do evangelho. Na verdade, essa é a única transformação radical, porque está fundamentada na convicção, na espontaneidade e na liberdade das pessoas.

No entanto (e isso ressaltado em terceiro lugar), todos nós sabemos que não se pode governar a sociedade com o evangelho. Se isso fosse possível, estaríamos muito perto da plenitude do reino de Deus. Só faltaria mesmo superar a morte. De fato, não podemos governar nem mesmo as nossas comunidades com o evangelho. Mesmo que a gente procure exercitar no interior de nossas comunidades relações baseadas no evangelho, precisamos da lei e da coação, porque as pessoas justificadas permanecem pecadoras.

Por isso, mesmo que a nossa missão específica seja proclamar e promover a causa do evangelho, entendo que ela não termina aí. Pergunto, aliás, se os primeiros cristãos não valorizaram em demasia a força do amor e subestimaram a força do pecado, estruturado na forma de leis e estruturas, no processo de transformação social. Paulo, por exemplo, pensou em poder abolir o sistema escravagista do Império Romano através da formação de comunidades, onde deveriam reinar relações de fraternidade motivadas pelo amor (Filemon). Talvez também por serem minoria dentro do Império Romano e por esperarem para breve a parusia de Cristo, os primeiros cristãos não se preocuparam explicitamente com as estruturas e sistemas injustos, que dificultam e impossibilitam conversão verdadeira.

Por isso entendo que nós, cristãos, além de promover o evangelho, temos, a partir da fé, o compromisso de nos empenhar na transfor-

mação de leis e estruturas opressivas. Devemos ocupar espaços em todos os canais que viabilizam a atividade política: Partidos políticos, sindicatos, associações e todo tipo de organizações populares. O que conseguirmos como fruto da atividade política jamais será o reino de Deus, terá a marca da imperfeição, será sempre uma imposição sobre o restante da sociedade que não concorda com as posturas tomadas. Mas isso não pode ser motivo para esquivar-nos e abster-nos da atividade política, qualificando-a de suja e indigna. “Sujas” as nossas atividades sempre serão — também aquelas que realizamos em nossas comunidades. O que devemos aprender é que, apesar das limitações das leis e estruturas que conseguirmos criar, elas podem mudar substancialmente a qualidade de vida das pessoas. Importa que as leis e estruturas cumpram a sua finalidade, ou seja, estejam a serviço da maioria das pessoas, e não de uma minoria privilegiada apenas.

Resumindo, a missão cristã deve ser exercida simultaneamente através da pregação do evangelho, que procura motivar as pessoas a amar porque Deus nos amou primeiro, e através da atividade política, que busca a derrocada de leis e estruturas opressivas, e se preocupa em criar estruturas mais justas e humanas.

3. Os agentes e destinatários privilegiados da missão

A oferta da salvação e o chamado ao arrependimento estão destinados à pessoa toda e a todas as pessoas. Entretanto, como o reino de Deus anunciado por Jesus não está baseado na raça ou na força, e sim, na decisão pessoal de segui-lo, muitas pessoas rechaçam o seu evangelho. Jesus é rechaçado, em primeiro lugar, pelas pessoas que representam a ordem estabelecida e tiram proveito dela. Incluem-se ali os escribas, os sacerdotes, os saduceus, os anciãos, todos eles representados no supremo conselho jurídico-político-religioso da nação judaica, o Sinédrio. Rechaçado ele é também pelo povo de Jerusalém que vive do templo, ameaçado por Jesus. Tal comportamento adverso, segundo Lucas, não é de estranhar. O velho Simeão já prevenia a Maria, no templo, de que o menino recém-nascido estaria destinado tanto para a ruína como para o levantamento de muitos em Israel e para ser alvo de contradição (Lc 2.34). O próprio Jesus diria mais tarde que não veio trazer paz à terra, mas divisão (Lc 12.51).

Dito isto, fica mais fácil de entender uma outra ênfase do terceiro evangelista: **o lugar privilegiado dos pobres como destinatários e agentes da missão de Jesus**. É isso o que pretendemos mostrar pela análise de alguns textos.

Esse traço se destaca logo no início do evangelho, na história da infância de Jesus. Segundo Lc 2.24, por ocasião da consagração de seu primogênito e da sua purificação no templo, Maria ofereceu um par de rolas ou dois pombinhos. A prescrição vétero-testamentária previa para essa ocasião um cordeirinho de um ano para o holocausto, e uma pombinha nova ou uma rola para o sacrifício de expiação dos pecados (Lv 12.6). Contudo, se as posses de alguém fossem insuficientes para a compra de um cordeirinho, então deveriam ser sacrificadas duas rolas ou duas pombinhas, uma para o sacrifício de holocausto e outra para o sacrifício de expiação (Lv 12.8). Maria, pois, ofereceu o sacrifício dos pobres, porque, evidentemente, ela própria era pobre. Assim, o texto destaca a maneira como Deus realiza a sua missão neste mundo: a salvação de Deus emerge do meio dos pobres e marginalizados do povo. Aliás, diversos outros textos do início do evangelho apontam na mesma direção. O próprio precursor de Jesus, João Batista, nasce de um casal de velhos, ela estéril, do qual a história oficial nada mais espera (Lc 1.7, 18,36). Apesar de Zacarias trabalhar esporadicamente no templo, o casal está à margem da sociedade. A esterilidade era vista como maldição e castigo de Deus (Lc 1.25; 1 Sm 1.5s; 2.5,7,8). Mais uma vez, vemos como Deus escolhe os pobres e marginalizados para realizar a sua missão. É o que Maria tão bem exalta em seu cântico, por ocasião de sua visita a Izabel:

“A minha alma engrandece ao Senhor, e o meu espírito se alegrou em Deus, meu salvador, porque contemplou na humildade da sua serva... (Deus) Derrubou dos seus tronos os poderosos e exaltou os humildes. Encheu de bens os famintos e despediu vazio os ricos” (Lc 1.46-48, 52s).

Maria simboliza aqui o povo pobre e marginalizado, que descobre dentro de si mesmo a força de Deus. De seu meio brotará a liberdade, que não se humilha diante dos ricos e poderosos.

Logo adiante a pobre família de Nazaré se viu obrigada a ocupar uma estrebaria para que o menino pudesse nascer, já que não havia lugar para eles nas casas e hospedarias de Belém (Lc 2.1-7). Os pastores das proximidades, que pertenciam à classe mais baixa e desprezada da sociedade e tinham a fama de analfabetos, rudes, sujos, ladrões, violentos, foram os primeiros a receber a notícia do nascimento do salvador e os primeiros a passá-la adiante (Lc 2.8-20).

Todos esses dados parecem indicar na mesma direção: A novidade da salvação a ser proclamada a todos os povos não nasce nos palácios e cortes governamentais, não nasce dos que detém o poder de mando e

decisão. Ela nasce entre os marginalizados que, qual Maria, se colocam à disposição para que a vontade e os planos salvíficos de Deus se cumpram na história.

O que esses textos anunciam a respeito do menino torna-se realidade logo na sua primeira aparição pública. Na sinagoga de Nazaré, Jesus é convidado para ler e interpretar um trecho da Escritura. Do profeta Isaías, ele escolhe um trecho com caráter messiânico:

“O Espírito do Senhor está sobre mim, pelo que me ungiu para evangelizar os pobres, enviou-me para proclamar libertação aos cativos e restauração da vista aos cegos, para pôr em liberdade os oprimidos, e apregoar o ano aceitável do Senhor” (Lc 4.18s, cf. Is 61.1s).

O comentário sobre a Escritura é curto: “Hoje se cumpriu a Escritura que acabais de ouvir” (v. 21). A evangelização dos pobres, a libertação dos cativos e oprimidos, a restauração da vista aos cegos são realidades concretas que não permitem uma espiritualização. O termo grego **ptochós** designa os pobres em sentido social e econômico, incluindo aí os doentes, cegos, paralíticos e leprosos, que em virtude de sua doença e condição física eram até mesmo expulsos da sociedade, ficando à mercê da compaixão de outros. Na cura dos doentes e na proclamação do evangelho aos pobres Lucas vê o cumprimento da salvação e sinais do reinado presente de Deus.⁽⁹⁾ Os pobres e doentes são chamados, não para a resignação, e sim, para que reconheçam os sinais dos tempos e se ponham em marcha para a sua libertação. O que aqui é esboçado programaticamente, é posteriormente desdobrado no ministério de Jesus.⁽¹⁰⁾

Quanto ao “ano aceitável do Senhor” há boas razões para afirmar que ele se refere ao ano do jubileu, há muito tempo esquecido, que a legislação do Antigo Testamento previa para cada 50 anos (Lv 25.8-34).⁽¹¹⁾ Em combinação com o ano sabático (Lv 25.1-7), ele previa uma série de medidas: a cada 7 anos, repouso do solo, perdão das dívidas entre os hebreus e libertação dos escravos israelitas. A cada 50 anos, após 7 anos sabáticos, cada família recuperaria as terras perdidas neste período. A distribuição periódica das terras tinha a finalidade de evitar o acúmulo nas mãos de poucos.

(9) Cf. JEREMIAS, J. **Teologia do Novo Testamento**. São Paulo, Ed. Paulinas, 1977, p. 169ss.

(10) Seria muito interessante fazer um estudo sobre o evangelho de Lucas a partir do programa de Jesus esboçado na sinagoga de Nazaré.

(11) Uma apresentação ampla dessa tese pode ser encontrada em TROCMÉ, A. **Jesus Cristo e a revolução não violenta**. Petrópolis, Vozes, 1973, p. 24ss.

Portanto, em Nazaré Jesus quer transformar o ano do jubileu num programa messiânico e em sinal do reino de Deus que se aproxima. Boa parte da pregação de Jesus pode ser entendida à luz das prescrições jubilares. Sobre o repouso da terra Jesus não fala diretamente, pois era a única prescrição praticada pelos judeus. Sobre o perdão das dívidas Jesus fala no Pai Nosso e em algumas parábolas (Lc 16.1-13; Mt 18.23-35). A redistribuição da terra também não é enfocada diretamente, mas há passagens que apelam à redistribuição do capital (incluindo aí, eventualmente, as terras), como na perícopos sobre o chamado ao discipulado do jovem rico (Lc 18.18-23), ou na perícopos sobre a conversão de Zaqueu (Lc 19.1-10). A reação dos nazarenos, sobre a qual já falamos, pode ser explicada, nesse contexto, como uma tentativa de impedir com um crime uma revolução social no seu começo.

O tema sobre o lugar privilegiado dos pobres na proclamação e na prática de Jesus retorna novamente em Lc 7.18-23. Até então, João Batista, que provavelmente está na prisão (cf. Lc 3,20), havia tomado uma atitude de reservada expectativa em relação a Jesus. A partir de relatórios de seus próprios discípulos, João é informado sobre o ministério de Jesus. Então envia dois de seus discípulos para perguntar a Jesus: “És tu aquele que estava para vir ou havemos de esperar outro?” Transmitida a pergunta a Jesus, Lucas conta que naquela mesma hora Jesus curou a muitos de moléstias e flagelos e de espírito malignos, e deu a vista a muitos cegos. Então Jesus respondeu:

“Ide, e anunciai a João o que vistes e ouvistes: os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos são ressuscitados e aos pobres anuncia-se-lhes o evangelho”.

As figuras aqui empregadas (cegos, surdos, coxos) provém de Isaías (35.5s; 29.18s; 61.1s), e expressam o tempo da salvação. Ao relacionar os textos de Isaías à sua pessoa, Jesus diz, portanto, que o tempo da graça, que o reino de Deus está a irromper em sua pregação e em sua atividade. Sinal do irrompimento do reino é novamente a oferta do evangelho aos pobres e a libertação das suas necessidades e carências.

Esse tema, retomado brevemente em Lc 14.12-14, é aprofundado na parábola da grande ceia (Lc 14.15-24). Um homem oferece uma grande ceia e convida a muitos. Na hora marcada envia um servo aos convidados para avisar que tudo já está preparado. Os convidados, no entanto, começam a desculpar-se, alegando determinados compromissos. Um

comprou um campo e precisa ir vê-lo. O outro quer experimentar cinco juntas de bois recém compradas. Um terceiro acaba de casar, e nem acha necessário pedir desculpas. O hospedeiro haverá de entender a situação.

A ceia de que trata o texto é o banquete salvífico, o reino de Deus conforme anunciado e vivido por Jesus. Isso fica claro a partir do versículo 15. Um conviva declara bem-aventurado aquele que comer pão no reino de Deus. Essa palavra serve como ponto de partida para a alegoria.

Quem são os convidados que recusam ao convite? De acordo com Lc 14.1, a alegoria está dirigida a fariseus, que constituem um dos principais grupos adversários de Jesus. A história similar dos lavradores maus também é dirigida aos adversários (Lc 20.9-18, cf. 20.1). Assim, Jesus se serve dessas histórias para atacar seus adversários, para desafiar aqueles que se sentiam seguros quanto a uma futura participação no reino. Os convidados iniciais são as autoridades religiosas, que no sistema teocrático de Israel são simultaneamente as autoridades políticas.

Como representantes da religião e da sociedade, eles devem posicionar-se diante da oferta graciosa e da exigência do reino de Deus conforme anunciado por Jesus. No entanto, eles julgam não precisar da graça de Deus. Consideram-se justos. Por isso rejeitam o convite. Jesus, no entanto, faz uma outra leitura da sua reação: a oferta do reino tem conseqüências, pois significa deixar de lado as coisas pelas quais o coração bate. E eles são pessoas muito comprometidas e com muitos interesses e privilégios a defender. Um acaba de comprar um campo, privilégio de poucos num período de grande concentração de terra e de muitos diaristas na praça, que dão graças a Deus quando encontram trabalho para saciar a fome. Outro acaba de comprar, de uma só vez, cinco juntas de bois para trabalhar a terra. Normalmente um camponês tem 1 a 2 parselhas de bois. O homem que se desculpa é dono de uma propriedade considerável, e provavelmente pode servir-se de terceiros para ocupar tantas juntas de bois⁽¹²⁾. Outro não tem tempo porque está entregue às delícias do amor. Os exemplos utilizados por Jesus poderiam ser ampliados. A intenção deles é clara: Jesus está se referindo àqueles que se utilizam da religião como arma ideológica para justificar, a partir de Deus, a estrutura social e política da sociedade israelita. São eles que colocam as pessoas a serviço da lei. São eles que controlam o sistema do puro e do

(12) Maiores informações sobre a situação fundiária da Palestina em WEGNER, Uwe. Justiça para os desempregados. Reflexões sobre Mt 20.1-15. In: **Estudos Bíblicos** — 11. Petrópolis, Vozes, 1986, p. 92ss.

impuro, que é um princípio de inclusão e exclusão de grande repercussão social. São eles que vendem o perdão de Deus no templo a um preço compensador. Por isso não podem ir.

Assim as autoridades religiosas reagem quando são confrontadas com a oferta e a exigência do reino de Deus: com desprezo e indiferença. A parábola dos lavradores maus vai mais longe: quando Jesus e os peregrinos galileus ousam aproximar-se de Jerusalém, o centro nervoso da religião e da sociedade judaica, e eles se sentem acudados, aí o indiferentismo e desprezo se tornam hostilidade agressiva e assassina.

O hospedeiro, continua a história, fica irado com a reação dos convidados, o que, sem dúvida, é uma expressão de juízo. Graça rejeitada se transforma em juízo. Na conclusão da parábola se diz expressamente que eles não mais haverão de provar a ceia.

Mas o banquete está servido. Por isso o servo sai pelas ruas e becos da cidade e convida os pobres, os aleijados, os cegos e coxos. Os três últimos são excluídos da comunidade cultural. Os primeiros, por causa de sua situação de penúria, normalmente não têm condições de cumprir a lei, e por isso também se encontram à margem da sociedade e da religião.

Quem são esses pobres que passam a ocupar o lugar no banquete salvífico? Ora, a figura é clara por si mesma, e não precisa de muita interpretação. São os pobres de Israel, os pecadores, os doentes, os oprimidos, os carentes, os publicanos e as prostitutas, que em toda parte se acercam de Jesus, porque projetam nele a sua esperança de libertação. Jesus os declara bem-aventurados não por serem pobres, e sim, porque a sua situação de fome, pobreza e miséria terá um fim. É o seu programa esboçado na sinagoga de Nazaré e confirmado diante da expectativa de João Batista.

Mas a casa ainda não está cheia, e o servo sai uma terceira vez. Agora ele se dirige para fora dos muros da cidade, percorrendo caminhos e cercados à beira da estrada. Essa gente, constringida por morar fora da cidade, recebe agora a permissão e o convite para participar de um grande banquete na cidade.

Alguns pesquisadores opinam que essa parte é um acréscimo da comunidade helenista, que teria a finalidade de mostrar a inserção dos pagãos no reino de Deus⁽¹³⁾. Através da missão da comunidade, o convi-

(13) Essa é, por exemplo, a opinião de JEREMIAS, J. **As parábolas de Jesus**. São Paulo, Ed. Paulinas, 1976, p. 70ss.

te é passado adiante e a causa do reino de Deus é promovida entre os gentios.

Resumindo: dirigida originalmente aos adversários de Jesus, a parábola visa justificar porque Jesus orientou sua missão aos pobres e marginalizados da sociedade judaica. Vocês são semelhantes aos hóspedes, justifica Jesus, que desprezaram o convite. Vocês não o quiseram. Por isso Deus chamou os pobres, para quem o reino de Deus significa a possibilidade surpreendente de superar a sua situação de carência. Posteriormente a comunidade helenista ampliou a parábola: a oferta aos pobres da Palestina foi ampliada aos pobres do mundo helenista. Dessa forma, também essa parábola se tornou um testemunho do alcance universal da missão de Jesus.

Vemos, portanto, que os agentes e destinatários privilegiados da missão, segundo Lucas, são os pobres e marginalizados. Quando o grupo dos 70 missionários retorna e relata a Jesus o resultado do seu trabalho, ele exulta no Espírito Santo e exclama:

“Graças te dou, ó Pai, porque ocultaste essas coisas aos sábios e entendidos e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado” (Lc 10.21)

A predileção pelos pequenos e incultos tem sua raiz no desígnio e na sabedoria de Deus. Aglutinando as expectativas e os anseios dos pobres e marginalizados, Jesus tornou-se o articulador de um movimento popular, que representou perigosa ameaça aos sábios e entendidos. Não como pessoa individual, mas como depositário da esperança dos pobres é que Jesus se tornou perigoso ao sistema estabelecido e teve que ser crucificado. Paradoxalmente, até na hora da morte esteve cercado por dois marginais (Lc 23.39-43).

Quem são os agentes da missão no livro de Atos? Por escassês de fontes, Lucas concentra as informações nas pessoas de Pedro e Paulo, e, em menor grau, em pessoas como Barnabé, Filipe, Estêvão, Timóteo, Silas, etc. Mas muitos cristãos anônimos devem ter colaborado na difusão da nova fé. Não se sabe, por exemplo, como o evangelho chegou a Damasco ou a Roma. Pessoas comuns, desconhecidas, que não deixaram registros escritos, foram, em muitos casos, os principais instrumentos da missão. A expansão do cristianismo não deve ser atribuída em primeiro lugar a ministros profissionais, pois ele foi, nas suas origens, um movimento essencialmente leigo, composto de artesãos, escravos, agricultores, pequenos comerciantes e mercadores. A rápida expansão só se ex-

plica pelo fato de que a missão foi entendida como responsabilidade de todos os cristãos.

Quanto aos destinatários da missão, as fontes não trazem informações muito concretas. Temos notícias de que o evangelho é rejeitado na classe mais abastada. Em Antioquia da Pisídia, por exemplo, Paulo e Barnabé foram expulsos do território, quando os judeus instigaram as mulheres piedosas e os principais da cidade contra eles (At 13.50). Mas sabe-se também que uma pessoa importante como Crispo, o chefe da sinagoga da cidade de Corinto, aceitou a nova fé com toda a sua casa (At 18.3). Provavelmente o que sabemos da comunidade de Corinto pode ser tomado como uma característica das comunidades helenísticas em geral: há poucos membros da camada superior, e uma minoria de cristãos das camadas inferiores (1 Co 1.26-29). Que essa estratificação interna foi motivo de muitos conflitos (também teológicos), mostra-o a própria carta de Paulo aos coríntios. Pode-se dizer, pois, com relativa segurança, que os pobres e marginalizados continuam a ser os agentes e destinatários privilegiados da missão.

Como explicar o lugar privilegiado dos marginalizados na missão? Eles não são privilegiados por serem melhores que os outros. Há pelo menos três possibilidades de explicar sua posição: 1. Eles são os que mais necessitam da graça de Deus. Deus ama a todos, mas se dedica especialmente àqueles que mais necessitam do seu amor. 2. Inconformados com a sua vida indigna e desumana, são eles os que estão mais abertos ao projeto de mudança que o reino de Deus implica. 3. Não por último, são eles os privilegiados porque os ricos e poderosos deste mundo não estão interessados em mudar uma situação que lhes é francamente favorável. Procedem como aquele fazendeiro rico que, depois de fazer uma boa colheita, mandou aumentar os celeiros, sentou-se à vontade e disse: "Tens em depósito muitos bens para muitos anos; descansa, come, bebe e regala-te". Em sua auto-suficiência, não mais contou com a perspectiva de Deus e do próximo necessitado (Lc 12.16-21).

Não resta dúvida de que

"os documentos cristãos mais antigos atestam com suficiente clareza que desde o início houve pessoas de classe social privilegiada que se converteram ao cristianismo. Havia gente que possuía bens e propriedades, outros tinham uma formação literária que provava sua origem burguesa, outros ainda possuíam escravos. O que se esquece ao colocar a questão é que a aceitação do cristianismo naqueles tempos significava uma conversão, não apenas espiritual, mas na globalidade do estilo de vi-

da. Quando afirmamos aqui que a Igreja primitiva era uma Igreja de marginalizados, queremos dizer também que os da classe superior que se converteram ao cristianismo tinham que se converter à marginalidade e se tornar o que Antônio Gramsci chamou de 'intelectuais orgânicos', isto é, pessoas comprometidas com um movimento genuinamente popular"⁽¹⁴⁾.

É coisa bem diferente do que vemos depois na história da Igreja. Para mencionar um exemplo, Espanha e Portugal fomentaram a missão através da aliança entre o Estado eclesiástico e o Estado expansionista civil e militar. Essas missões foram movimentos da cúpula da sociedade, enquanto as missões primitivas eram movimentos genuinamente populares, que se processavam na sociedade civil sem aliança alguma com os donos do poder estabelecido⁽¹⁵⁾.

Vimos, portanto, que o evangelista Lucas apresenta os pobres e marginalizados como os destinatários e agentes privilegiados da missão. Pergunto se nossos pastores e comunidades estão levando suficientemente a sério este desafio. Independente de orientação teológica, a prática tem mostrado que é mais fácil ser a favor ou contra os ricos e poderosos — em todo caso, tomando-os sempre como ponto de referência. Mais penoso é definir uma postura ao lado e em favor dos pobres. Nossa prática pastoral certamente já nos tem mostrado como é difícil e exigente o trabalho da organização popular. Apesar disso, essa parece ser a via evangélica na busca por uma sociedade mais justa, humana e fraterna.

Menciono como exemplo a Constituinte. Será que o perfil conservador da maioria dos constituintes corresponde à face do povo brasileiro? Será que a maioria do nosso povo deseja a preservação do que aí está? Penso que não. O que estamos vendo não é a manifestação da vontade popular, e sim, a precariedade de uma democracia representativa, num país onde a consciência e a organização popular são ainda muito precárias diante da manipulação demagógica exercida pelo poder econômico.

4. A missão como testemunho

Um último aspecto que queremos destacar na obra de Lucas é o da missão como testemunho. Originalmente, o verbo **martyréo** (testemunhar) e os substantivos **martyría**, **martyrion** (testemunho), **mártus** (teste-

(14) HOORNAERT, E. **A memória do povo cristão**. Petrópolis, Vozes, 1986, p. 85. O capítulo II desse livro traz enfoques interessantes sobre a missão cristã nos primeiros séculos.

(15) *Ibidem*, p. 84.

munha) têm uma conotação estritamente jurídica. Testemunha é aquele que, diante de um tribunal, depõe a respeito dos fatos que presenciou. Relacionado aos cristãos, naturalmente, o termo não tem este sentido jurídico-legal, e sim, está relacionado ao acontecimento de Jesus Cristo. Testemunha é aquele que testifica perante outros a verdade dos fatos relacionados com a vida, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo.

Por outro lado, Lucas sabe perfeitamente que o testemunho não consiste somente em mera palavra falada, embora seja isto também. Para ser autêntico, o testemunho exige o comprometimento da pessoa em sua totalidade. E isto pode incluir a experiência do sofrimento e até da morte. Como diz Paulo, após ter sido apedrejado em Listra e tido por morto: "Através de muitas tribulações nos importa entrar no reino de Deus" (At 14.22).

Nesse aspecto, os discípulos não têm sorte mais amena do que o seu próprio mestre. O próprio Jesus, em fidelidade à causa de Deus neste mundo, pagou com a própria vida o preço do seu testemunho. Jesus terminou pendurado no madeiro não porque Deus tivesse programado sua morte antecipadamente, transformando os carrascos de Jesus em meros executores de seu plano macabro, e sim, porque os seus conferrâneos, especialmente as autoridades constituídas do povo, se fecharam à novidade e às exigências do reinado de Deus e procuraram matar pela raiz o projeto de Deus revelado para este mundo.

Quando Jesus preveniu os que queriam segui-lo de que seria necessário tomar a sua cruz (Lc 9.23ss), essas palavras não estavam muito longe do seu significado literal. Disso o livro de Atos é um testemunho impressionante. Já em Jerusalém, Pedro, João e os demais foram encarcerados e tiveram que defender perante o Sinédrio o seu direito ao testemunho. O helenista Estêvão, que à maneira de Jesus denuncia a prática deturpada da lei e do templo, é o primeiro que sela o seu testemunho com a própria vida (At 6.8-7.60). Sua morte desencadeou uma perseguição geral aos helenistas radicados em Jerusalém, dispersando-os por toda parte (At 8.1-4).

Tiago, irmão de João, morreu ao fio da espada a mando do rei Herodes Agripa (At 12.2), que com isso queria comprar a simpatia dos judeus. Paulo por diversas vezes viu a morte de perto: em Listra, foi apedrejado e tido por morto (At 14.19). Em Filipos, foi açoitado e lançado ao cárcere, junto com Silas (At 16.23). Em Tessalônica, escapou de ser linchado (At 17.1-9). Em Corinto, foi levado perante o tribunal do procônsul Gálio (At 18.12-17). Em Éfeso, escapou da fúria da multidão (At 19.23-40).

Em Jerusalém, foi espancado (At 21.32), pediram sua morte (At 21.36), compareceu perante o Sinédrio (At 23.1-10) e escapou de um atentado (At 23.12-30). Tem que defender-se perante governadores romanos e, ao que parece, diante do próprio imperador.

Se alguém considera todos esses atentados um exagero literário de Lucas, basta compará-los com o testemunho do próprio Paulo em 2 Co 11.24-27. Dos demais apóstolos não temos informações seguras, mas não há de ser mero acaso que a tradição da Igreja atribui a todos uma morte violenta, inclusive a Pedro e Paulo, à exceção de João, que teria tido morte natural.

A essa lista acrescentem-se os milhares de cristãos anônimos dos tempos posteriores. Em contraposição à reivindicação imperial de que todos os súditos adorassem o imperador em sinal de fidelidade e submissão, eles pagaram com a própria vida o testemunho de que **Jesus é o kýrios** (senhor). A semente do evangelho foi regada com o sangue dos mártires.

Entretanto, vamos focar as coisas corretamente: em momento algum os cristãos procuraram o sofrimento, a perseguição e o martírio. Os montanistas, por exemplo, que viam no martírio a maior glória para os cristãos e propagavam uma verdadeira mania de martírio, foram condenados pela Igreja como hereges. Isso mostra que os cristãos não buscaram o sofrimento e o martírio. A exemplo do próprio Cristo, o sofrimento e o martírio lhes foram impostos, porque eles ousaram guardar fidelidade à causa de Deus neste mundo, denunciando o pecado da idolatria, da injustiça e da opressão, e anunciando a adoração exclusiva a Deus e o serviço mútuo entre as suas criaturas.

Dáí o alerta: nem toda dor, sofrimento e morte precisa ser consequência legítima de nosso engajamento em favor da causa do reino de Deus. Há muito sofrimento que é fruto de nossa insensatez, de nossa falta de habilidade, de uma energia e coragem mal direcionadas. Nesses casos, apesar do sofrimento que experimentamos, ainda temos a desventura de constatar que ele não serviu para nada e não fez progredir a causa do reino de Deus entre nós. Sofrimento evangélico é, sobretudo, aquele que nasce da luta organizada contra o pecado e suas manifestações históricas.